Módulos de plataformas estão abandonados ao relento no RS

“Quando alguma empresa chegava aqui na cidade com um contrato com a Petrobrás, eu estendia um tapete vermelho. Hoje, se alguém aparecer aqui com um contrato desses, não sei se será bem recebido” . A frase é do atual prefeito da cidade gaúcha de Charqueadas, Davi Gilmar de Souza, depois de ter passado pela experiência que causou uma situação de calamidade pública no final de 2014. Reflete também a imagem da maior empresa do país junto à população. O que dava orgulho, hoje envergonha. No dia 18 de novembro vai fazer um ano que a Petrobrás, ainda na administração Graça Foster, decidiu romper o contrato com a IESA, a quem tinha confiado o Pacote 3 dos replicantes. A estatal entregou à empresa a responsabilidade de fazer sozinha os 24 módulos para as Plataformas P-66, P-67, P-68, P-69, P-70 e P-71, num contrato de 720 milhões de dólares. Dinheiro de hoje, cerca de 2,83 bilhões de reais.Desde o fim do contrato, a Petrobrás jamais divulgou as razões do rompimento. Mas sabe-se que o pacote sofreu diversas modificações no projeto, feitas pela estatal, que se recusou a pagar os aditivos, inviabilizando a construção dos módulos. A política de não pagamento dos aditivos foi uma decisão pessoal da ex-presidente Graça Foster, que adotou esta medida em todas as obras executadas pela Petrobrás no Brasil. Na época, ela usava um sofisma dizendo que a Petrobrás pagava os contratos em dia. Os aditivos, no entanto, acumulavam-se na mesa do então diretor de engenharia, José Antônio Figueiredo, que não encontrava tempo para analisá-los e liberá-los. Tecnicamente, a Petrobrás não devia. O resultado desta orientação foi a quebra de algumas empresas e pedidos de recuperação judicial de outras tantas que pertencem à cadeia de fornecimento do petróleo. Um legado que Graça Foster levará para sua aposentadoria.No dia 18 de novembro, vai fazer um ano que a Petrobrás rompeu o acordo com a IESA, no primeiro grande baque da empresa que ainda hoje vive dias de angústia, envolvida com a operação Lava Jato e as agruras de uma recuperação judicial. Ainda em novembro do ano passado, a Petrobrás prometia soluções imediatas que colocavam em risco mais de mil empregados da IESA, em Charqueadas. Por mais que fossem feitas negociações com o ex-diretor de engenharia e com a presidência da estatal, nada foi resolvido.